

A RUPTURA DIPLOMÁTICA BRASIL – PORTUGAL E UMA TENTATIVA DE REAPROXIMAÇÃO POR MEIO DA IMPRENSA LITERÁRIA: OSCAR LÉAL E A *MADRUGADA*

Francisco das Neves Alves*

RESUMO

Desde a mudança na forma de governo brasileira se desencadeou um processo histórico de crise nas relações entre Brasil e Portugal, a qual chegaria ao apogeu com a ruptura diplomática entre ambos os países. A partir de então ocorreria uma nova tendência de reaproximação, visando à retomada das relações binacionais e à revalorização dos laços históricos e tradicionais entre as duas nações. O escritor luso-brasileiro Oscar Leal atuou no sentido da reconciliação no campo literário-intelectual por meio da revista *A Madrugada*, constituindo tal ação o objeto de estudo deste trabalho.

Palavras-chave: Brasil, Portugal, ruptura, reaproximação, imprensa.

ABSTRACT

Since the change in the form of Brazilian government, a historic process of crisis in relations between Brazil and Portugal has been triggered, which would reach its peak with the diplomatic rupture between both countries. From then on, a new trend of rapprochement would take place, aiming at the resumption of binational relations and the revaluation of historical and traditional ties between the two nations. The Portuguese-Brazilian writer Oscar Leal worked towards reconciliation in the literary-intellectual field through the magazine *A Madrugada*, constituting this action as the object of study of this work.

Keywords: Brazil, Portugal, rupture, rapprochement, press

O nascimento da República no Brasil foi marcado por séria crise institucional, com o espocar de movimentos revolucionários que contestavam o modelo de governo implementado pelos primeiros presidentes, mormente quanto ao seu conteúdo autoritário. Uma dessas rebeliões foi a Revolta da Armada que

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História pela PUCRS. E-mail: fnah@vetorial.net

estourou no Rio de Janeiro, em setembro de 1893, com o objetivo de derrubar o chefe de Estado, Floriano Peixoto. A vantagem inicial era dos rebeldes, com o bloqueio da Baía da Guanabara e a ameaça de bombardeamento da cidade. Entretanto, formou-se uma entente entre os comandantes dos navios estrangeiros surtos no porto do Rio de Janeiro, que, articulados com seus representantes diplomáticos, promoveram uma intervenção no local, buscando negociar com os rebelados e impedindo o ataque à capital brasileira. Progressivamente os revoltosos perdiam força, ao passo que a autoridade governamental reforçava as defesas, contando com o apoio dos Estados Unidos. Tal situação redundaria na derrota da Revolta, com parte dos seus integrantes, inicialmente, rumando para o sul do país, enquanto outra, mais tarde, viria a pedir asilo em belonaves portuguesas, fenômeno este que teria como resultado direto a ruptura diplomática brasileiro-lusitana.

Já durante a Revolta da Armada, as relações luso-brasileiras sofreram com algumas fissuras, tendo em vista constantes insinuações de que os rebeldes brasileiros contavam com certas simpatias de parte das autoridades diplomáticas e navais portuguesas no Brasil. Tal perspectiva iria colaborar com o aprofundamento das cisões que redundariam no rompimento entre as nações, em 1894.

Demarcada a vitória governamental, o epílogo dos eventos da Revolta da Armada na Baía da Guanabara deu-se em março de 1894, a partir da proposta de capitulação e do pedido de asilo do almirante Saldanha da Gama ao comandante português Augusto de Castilho, nas corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*, que se encontravam no Rio de Janeiro. A diplomacia lusa sediada no Brasil passou a buscar intermediar a situação com o governo brasileiro que, senhor da situação militar na praça de guerra, não aceitou a capitulação proposta, argumentando que não negociaria com militares rebeldes¹.

A solicitação de asilo especificamente nos navios portugueses foi justificada pelo almirante rebelde ao invocar a afinidade entre os dois países, porém, concretamente, aquela se tornava a única opção viável para os revolucionários. As negociações iniciaram-se em relação a aproximadamente setenta militares revoltosos, mas tal número chegou a quase quinhentos indivíduos que se instalaram de forma extremamente precária nas embarcações lusas. Os fatos

¹Contextualização realizada a partir de ALVES, 1998, p. 231-246; e ALVES, 2000, p. 87-106.

desencadeavam-se com rapidez, o que dificultava os contatos entre o comandante Castilho, os representantes diplomáticos e o governo português, de modo que o asilo acabaria por tornar-se uma realidade a qual passou a gerar mal-estar nas relações Brasil – Portugal. Tal circunstância ficava ainda mais melindrosa a partir de certas ilações estabelecidas a respeito do caráter restaurador imputado ao movimento revoltoso, mormente quando se ventilava a respeito das possíveis relações entre os amotinados e os remanescentes monarquistas presentes no Brasil, muitos deles de nacionalidade portuguesa, gerando-se mais desconfianças, tendo em vista os já exaltados ânimos nacionalistas.

Portugal justificaria que a concessão do asilo fora embasada no direito internacional e nos princípios humanitários e da civilização, ao que o governo brasileiro respondia exigindo a devolução dos rebeldes, por considerá-los criminosos e, portanto, não compatíveis com aquele tipo de proteção. As autoridades governamentais brasileiras ainda tentariam procrastinar a saída dos asilados, enquanto a diplomacia lusa garantia que eles não desembarcariam em território estrangeiro enquanto durassem as tratativas. Ainda nos primeiros momentos de tais episódios, Portugal buscou dividir o ônus daquela difícil situação que acabaria por redundar em uma querela de natureza diplomática. Nesse sentido, chegou a ocorrer a consulta do representante lusitano no Rio de Janeiro aos “comandantes das belonaves de outras nações sobre a possibilidade de receberem parte dos asilados, a fim de evitar-se o perigo que havia no excesso de lotação” dos navios lusos. Os demais comandantes, contudo, “esquivaram-se, alegando receios da febre amarela, quando, em verdade, fugiam de desgostar” o governo brasileiro (GOYCOCHÊA, 1949, p. 58). Desse modo, apercebia-se “o governo português da dura realidade: fizera-se o vácuo à sua volta”, pois “estava só, com a responsabilidade que assumira” (COSTA, 1979, p. 67).

Frente a tão intrincado quadro, a diplomacia lusitana buscou legitimar seus atos no contexto internacional, intentando justificar sua ação perante as representações de diversos países, voltando a argumentar com base nos princípios do direito internacional. Também o governo de Floriano Peixoto adotou tal postura, buscando explicar à diplomacia internacional que aquelas garantias não poderiam se aplicar aos revoltosos brasileiros por tratarem-se de “piratas”, insistindo na entrega dos asilados, mas não contando com a aquiescência lusitana. Entretanto, a possibilidade de uma solução diplomática entre Brasil e Portugal ficou praticamente nula

tendo em vista o deslocamento das corvetas lusas pela região platina. Sob a justificativa da precariedade dos navios, das penosas condições higiênicas e do excessivo número de passageiros, teria havido a necessidade de navegar em direção ao sul, com a meta de fretar-se outra embarcação, antes de levar em frente a viagem transoceânica. Não havendo autorização para entrar em Montevideu, os vasos portugueses deslocaram-se para Buenos Aires, onde foi fretado o navio *Pedro III*.

Somente a presença dos asilados em territórios tão próximos da fronteira com o Rio Grande do Sul, onde os promotores da Revolução Federalista, outra frente de rebeldia contra Floriano Peixoto, continuavam mantendo a luta acesa, já serviria para provocar uma insatisfação ainda maior por parte do governo brasileiro. O receio de tal contingência e o intento de manter sua garantia de que os rebeldes não teriam condições de desembarcar em terra estrangeira levaram Portugal a determinar a imediata retirada de Buenos Aires, devendo os navios permanecer na embocadura do Rio da Prata até a chegada do *Pedro III*. Mesmo diante de tal cuidado, grande parte dos asilados, entre eles o almirante Saldanha da Gama, fugiriam, muitos deles reingressando no movimento revolucionário que campeava em terras gaúchas. Ainda que vários dos rebeldes tenham seguido nas naus lusitanas em direção à Ascensão e daí para Portugal, onde foram levados para a localidade de Peniche, a evasão de um certo contingente que viria a reforçar as tropas insurretas contra o governo, levou o governo do marechal Floriano a suspender as relações diplomáticas com Portugal.

O representante português no Rio de Janeiro, Conde de Paraty, ao retirar-se do Brasil, ainda buscou lançar um último argumento, visando a isentar Portugal de culpas e manifestando o desejo de breve retomada das cordialidades. Tal diplomata comunicou em nota oficial que com pesar tomara conhecimento da decisão presidencial e afirmava estar esperando que a história fizesse justiça ao procedimento do governo de Sua Majestade. O governo português manteve sua posição de alicerçar-se nos ditames do direito internacional e buscou tornar pública toda a discussão e as circunstâncias que levaram ao rompimento, com a publicação dos documentos referentes à querela, além de garantir que realizaria o julgamento do comando luso que providenciara o asilo, ato que chegou a realizar-se, resultando na absolvição dos militares. Com a retirada dos diplomatas de parte a parte, a ruptura Brasil – Portugal traria um acirrado debate nos meios jornalísticos e governamentais.

Nessa ocasião, predominou junto às instâncias governativas brasileiras “a convicção de que cortar relações com Portugal fora justo, tendo em vista que estavam em jogo ‘elevados interesses’”, ou seja, “a ‘salvação’ da pátria e a ‘segurança’ das instituições”. Assim, o apoio à decisão presidencial “devia-se também ao espírito de proteger” uma “‘república em perigo’ e em nome da consolidação da nova forma de governo, personificada na figura” de Floriano Peixoto, em suas práticas e pensamentos (ALVES, 2003, p. 104). Já o governo português persistiria na busca por demonstrar sua isenção e falta de culpa pelo desentendimento binacional (FORJAZ, 1894, p. 103-105), visando também a buscar facilitar o retorno de súditos lusos que pudessem estar sofrendo com o mal-estar acirrado a partir do rompimento. Essa desavença diplomática representava mais um elemento de causa/efeito no acirramento do espírito anti-lusitano então em voga no Brasil, mormente pela campanha desenvolvida pelos radicais jacobinos que representavam a base popular do governo florianista.

O conflito diplomático luso-brasileiro revelou o caráter utilitarista que a intervenção estrangeira representou para o governo brasileiro, o qual aplaudiu a interventoria multinacional quando esta lhe serviu para bloquear a ação dos rebeldes, entretanto, viria a criticar profundamente a intervenção do comando português ao conceder asilo aos insurretos, tecendo a consideração de que, naquele momento, cabia às nações estrangeiras a função de simples espectadoras, alheia ao confronto, que então já estava decidido favoravelmente aos governistas. Nesse quadro, ficava Portugal na difícil posição de manter um asilo cujo custo seria consideravelmente alto, levando em conta os bons ofícios com o governo de Floriano, forte e consolidado no poder. Ainda assim, os asilados não foram entregues às forças vencedoras e a reintegração de alguns deles à revolta antigovernamental, levaria as autoridades brasileiras a acusarem abertamente o comando português de negligência, senão de conivência, implicitamente, não se considerando satisfeitas com nenhuma das medidas adotadas pelo governo luso em direção à apuração dos fatos.

Essa ruptura no relacionamento diplomático luso-brasileiro viria a refletir o momento político que vivia o Brasil internamente, com a ampla agitação jacobina e suas práticas lusófbas, além da presença de um contingente pouco expressivo de monarquistas, muitos deles de nacionalidade portuguesa, com o agravante de alguns deles terem apoiado os movimentos rebeldes brasileiros, sendo associados a ideais restauradores. Tudo isso só serviu para

agravar ainda mais as já estremecidas relações brasileiro-lusitanas. Além disso, esse rompimento trazia consigo as novas tendências da política exterior brasileira, voltadas a uma aproximação mais íntima com a América, afastando-se do concerto europeu e do passado colonial, mais do que encarnado na figura da antiga metrópole. Tal conflito com o Brasil iria provocar nova onda de agitação política em Portugal, com protestos indignados notadamente por parte de republicanos e monarquistas opositores que chegaram a exigir a queda do gabinete regenerador.

No período “entre 13 de maio de 1894 e 16 de março de 1895, as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal estiveram cortadas”. Com “a entrega dos interesses portugueses aos cuidados do ministro inglês” no Rio de Janeiro, houve, “em Portugal, o repúdio tanto dos republicanos quanto dos monarquistas” opositores ao governo. Entretanto, o gabinete luso “manobrava por meio de seu representante em Londres, sob pressão do governo inglês”, que manifestava o desejo de, “por meio de um gesto de boa vontade e de um rápido resultado vivamente aguardado por toda a opinião lusa”, conseguir “resgatar a simpatia e, assim, restaurar a tradicional aliança ente os dois países”. Mas “Floriano interpôs inúmeras dificuldades ao mediador inglês, de tal sorte que a pendência permaneceu sem solução até o termo de seu mandato presidencial”, chegando-se “somente ao reatamento no início da presidência de Prudente de Moraes” (CERVO, 2000, p. 223). Uma vez “restabelecidas as relações diplomáticas” entre os “dois países e, apesar das diferenças de regimes políticos e de algumas manifestações anti-portuguesas de núcleos nativistas, ambos os governos” viriam a procurar “restaurar o clima de entendimento e confiança existente entre eles antes da ruptura de relações” (MAGALHÃES, 2000, p. 255).

Nas interações entre as diferentes sociedades, normalmente se sobressaem as “relações entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, a saber, entre os Estados”. Apesar de tal predominância, também devem ser levadas em conta “as relações entre os povos e entre os indivíduos que compõem tais povos”, observando-se o “intercâmbio de produtos e de serviços”, a “troca de ideias”, o “jogo de influências recíprocas entre as formas de civilização” e as “manifestações de simpatias ou de antipatias”. Dessa maneira, além das “iniciativas ou gestos dos governos, suas decisões e suas intenções”, torna-se fundamental verificar questões mais amplas, como “as condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva” e “as

grandes correntes sentimentais”, as quais constituem “forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhes determinaram o caráter” (RENOUVIN & DUROSSELE, 1967, p. 5-6). No âmbito das inter-relações luso-brasileiras na última década do século XIX, vários desses elementos constitutivos ficaram bem demarcados.

Ao “final do século XIX, as ligações ente Portugal e Brasil iam muito além de uma mera identidade resultante de um passado vivido com intensidade”, tendo sido alguns “setores da sociedade portuguesa mais afetados com a instauração da república no Brasil” (BRANCATO, 2007, p. 89). O breve período de um decênio, demarcado pelos últimos anos daquela centúria, bem representou um processo marcante de rupturas e justaposições entre Brasil e Portugal. Tais afastamentos e aproximações deram-se a partir de um “complexo processo de construção das identidades nacionais no escopo luso-brasileiro”, no qual ocorreram “fenômenos de demarcação cultural” que atuaram “sobre fenômenos de redefinição do limite histórico entre as nações”, demarcando-se um “papel desempenhado pela temporalidade”. A partir de tal perspectiva, surgiam quadros momentâneos de um “Brasil distanciado de Portugal”, para, *a posteriori*, retomarem a conciliação (PAREDES, 2012, p. 170 e 173).

A imprensa portuguesa teria um papel preponderante na busca por reconciliações entre os dois países, em um processo histórico que se desencadeou desde a própria ruptura diplomática e viria a ser coroado de êxito com o reatamento das relações e uma continuidade de aproximações que chegaria ao ápice nas comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Dessa maneira, diante do reatamento diplomático, a maioria dos jornais dedicou-se exclusivamente ao enaltecimento do fato, deixando de lado, ao tratar do tema, suas tendências ideológicas e político-partidárias. Tal comportamento era o reflexo da nova etapa que se inaugurava no relacionamento entre Portugal e Brasil, constituindo o reatamento de 1895 no primeiro passo em direção a uma busca pela reaproximação entre os dois países. Vários gêneros do jornalismo luso aderiram a essa busca por conciliação, incluindo entre eles vários de cunho noticioso, político, caricato e literário.

Nos últimos decênios do século XIX, o jornalismo luso teria uma etapa de vigor e expansão quantitativa e qualitativa. Ocorreria então um “movimento extraordinário” e um “desenvolvimento maravilhoso” no seio do periodismo lusitano e, apesar da população ser mais reduzida, se comparada a outras nações, e de Portugal

ficar “atrás de muitos países no que se referia a vários outros elementos do progresso da civilização europeia”, no que tange às atividades jornalísticas, podendo ficar “ao nível das nações mais civilizadas da Europa” (ARANHA, 1900, p. 5 e 47). Havia então “uma verdadeira febre de jornais”, pelos quais estavam “representados não só os grupos políticos” em que estava dividida a sociedade portuguesa, “do mais conservador, ao mais avançado e radical, mas também os principais ramos da ciência, da literatura e da indústria” (ARANHA, 1894, p. 12-13).

Os avanços do jornalismo luso nas décadas finais do século XIX foram além da própria expansão quantitativa, havendo também melhoramentos qualitativos, expressos tanto no aprimoramento tecnológico da impressão, como também através da qualidade gráfica das páginas impressas. Os progressos se davam também no campo editorial e redatorial, ainda mais com o aprimoramento cultural dos escritores públicos, com a constante participação de representantes da intelectualidade em meio às lides jornalísticas. Nesse contexto, muitos dos “grandes nomes” das letras e do pensamento lusitano colaboraram “assiduamente na imprensa periódica”, fazendo com “que o nível geral do jornalismo” subisse “consideravelmente e os periódicos, além de melhor apresentação gráfica”, fossem “redigidos corretamente e num estilo cada vez mais individualizado” (TENGARRINHA, 1989, p. 160). Constituiu-se, assim, uma “nova fase da imprensa” que passou a contar “com a participação nos jornais dos mais prestigiados intelectuais portugueses”, ao contrário do que acontecera nas etapas iniciais do periodismo luso (RODRÍGUEZ, 1996, p. 360). Era uma época em que escrever em periódicos constituía “uma ocupação reservada quer a literatos, quer a políticos, que entendiam os jornais e as revistas como espaços públicos de opinião”, de maneira que, “escrever nos jornais era uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicar ideias, de divulgar obras”, ou ainda, “de defender ideologias, de travar polêmicas diversas, enfim, de participar ativamente na construção da esfera pública” (PEIXINHO, 2010, p. 427).

Em tal contexto, as publicações ilustradas caíram no gosto do público, e a presença de periódicos ilustrados também servia como um dos fatores para demonstrar os avanços do periodismo luso em relação a outros países com atividades jornalísticas amplamente desenvolvidas. Além disso, “a ilustração não só embelezava o texto, tornando-o mais atrativo, mas também ajudava à sua compreensão, identificando melhor o leitor com o fato descrito”. Tal perspectiva

“tornou-se, sobretudo mais evidente com a larga divulgação dos ‘jornais populares’”, destinados a um “público mais amplo”, uma vez que, “reconhecia-se que a imprensa muito ilustrada de caráter popular permitia mais facilmente transmitir mensagem” até para os “menos letrados que tinham dificuldades de leitura ou mesmo eram analfabetos” (TENGARRINHA, 2013, p. 865-866). Em muitos casos, a imprensa ilustrada encontrava-se com a literatura, dando ênfase aos propósitos de expansão da cultura, difusão da leitura e divulgação de criações literárias. Muitos escritores, desde os iniciantes até os mais renomados, encontravam na imprensa ilustrada-literária um elemento propulsor de sua obra.

Dentre os intelectuais que participaram ativamente na imprensa portuguesa, atuando na busca da harmonização luso-brasileira, esteve Oscar Leal (1862-1910). Nascido no Brasil, mas mudando-se em seguida para Portugal, terra de sua família, Leal teve a sua formação estudantil e acadêmica realizada no eixo entre os dois países. Formado em odontologia, optou por atuar como um dentista-itinerante, pois, à medida que realizava sua função profissional, dava espaço à sua vocação de viajero. Nesse sentido, ele promoveu excursões por grande parte do território brasileiro, com grande preferência pelas regiões interioranas, resultando de tais itinerários profícua literatura de viagem. Oscar Leal atuou como literato, jornalista, naturalista e conferencista, tendo escrito mais de duas dezenas de livros, além de diversas colaborações em periódicos, bem como exerceu a função de editor de jornais. Pertenceu a várias instituições acadêmico-científicas e culturais brasileiras, lusitanas, espanholas e norte-americanas e empreendeu viagens, além do Brasil, por vários países sul-americanos, na Europa centro-ocidental e na África (BLAKE, 1900, v. 6, p. 339-340; PEREIRA & RODRIGUES, 1909, p. 98e SILVA, 1894, p. 131).

Oscar Leal conviveu intrinsecamente com o ambiente que levou à ruptura diplomática Brasil – Portugal, pois, após viajar por todo o Brasil, entre os anos 1880 e 1890, resolveu fixar residência na cidade do Recife, montando consultório e casando-se. Entretanto, corria o ano de 1894, marcado por crises e guerras civis, constituindo a época do avanço do movimento republicano radical conhecido como jacobinismo, voltado ao nacionalismo e à xenofobia, com ampla ojeriza aos portugueses, sofrendo as várias colônias lusas no Brasil ferrenhas perseguições. Ainda que Leal fosse brasileiro de nascimento e por diversas vezes tenha buscado em seus escritos reforçar tal nacionalidade, ele tinha fortes raízes em Portugal, de modo que, frente à agitação que dominava o país,

não seria difícil associá-lo à imagem do adversário luso. Para complicar ainda mais o quadro, o desentendimento diplomático entre os dois países viria a reforçar o radicalismo nativista e xenofóbico. Nesse mesmo período, prevalecia uma prática governamental fortemente embasada no autoritarismo, com forte repressão e praticamente a supressão da liberdade de expressão, com pesada ação coercitiva sobre o jornalismo. Perante tantas condições adversas, Oscar decidiu-se por retornar a Portugal e definitivamente fixar residência em Lisboa.

Em Portugal, o escritor fundou uma revista de natureza ilustrada e literária que intentava a aproximação luso-brasileira. Surgia assim *A Madrugada*, que promoveu por meio do texto e da gravura um mútuo conhecimento entre as realidades culturais de ambos os países. Tal periódico circulou entre outubro de 1894 e dezembro de 1896, contando com quatro páginas e o tamanho de 46 centímetros (RAFAEL & SANTOS, 2002, p. 82). Tal revista caracterizou-se por ser praticamente uma execução unipessoal de Oscar Leal que, além de dirigi-la foi o seu mais importante redator. A execução e redação da folha giravam em torno do próprio diretor, de modo que as diversas seções apresentavam textos de sua lavra, ou traziam interseções com as suas próprias atividades. Desse modo, por meio de *A Madrugada*, ele afirmou seus contatos e mesmo relações mais próximas com a intelectualidade de então, o que trazia por repercussão uma ainda mais acentuada notoriedade para o editor da revista e, conseqüentemente, sua incorporação definitiva no rol dos homens de letras de sua época, tanto no contexto português, quanto no brasileiro.

A Madrugada apresentava em seu frontispício o dístico “Revista noticiosa, crítica, literária, biográfica e bibliográfica”, revelando a proposta bastante ampla de seu norte editorial. A folha anunciava também que sua redação seria “composta dos melhores escritores portugueses”. Tinha uma proposta de circulação mensal, mas houve várias interrupções na sua edição. Ao longo da existência do periódico, Oscar Leal intentou promover uma intensa distribuição da revista, tanto que tinha um rol de “colaboradores-correspondentes” e outro de distribuidores no Brasil que, juntos, abrangiam vários dos estados brasileiros como Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas e Alagoas. Além disso, promovia intenso intercâmbio dos exemplares da revista com a redação de periódicos portugueses e de diversas cidades brasileiras. Vários escritores brasileiros, dos mais notáveis, aos mais noviços conseguiram nas páginas da *Madrugada*

espaço para divulgar seus trabalhos, bem como tiveram suas obras e retratos divulgados nos registros textuais e iconográficos do periódico lisbonense.

Na apresentação da revista, Oscar Leal se referia às dificuldades enfrentadas no Brasil, mormente naqueles últimos tempos de ruptura, afirmando que, “incerto o nosso destino, vagas as nossas aspirações, vemos que a nossa vida até aqui tem sido inquieta e errante, cortada de sabores e dissabores de toda a espécie”, mas ressaltava que isso tinha “servido para mais robustecer a nossa vontade de ferro”. Em relação ao contexto vivido no momento, declarava que “estreitar em fraternal amplexo, pela distância a que se encontram”, seria um dos seus “mais veementes desejos”, esperando que “nenhuma nuvem virá toldar a aurora brilhante do seu futuro”, em alusão às dificuldades advindas do processo histórico predominante (A MADRUGADA. Lisboa, 28 out. 1894, a. 1, série 1, n. 1, p. 1).

Lembrando tópicos de um discurso predominante em meio à imprensa portuguesa de então, voltado à proximidade entre os dois países pelos fundamentos históricos, tradicionais e culturais, Leal se referia à “ocasião em que, escritores distintos dos dois países estão empenhados em estreitar as relações literárias entre povos unidos pela identidade de sangue, tradições e língua”. Procurando promover um mútuo conhecimento a respeito das manifestações literárias de parte a parte, *A Madruga* divulgava o trabalho de escritores portugueses, para que seu conhecimento fosse reforçado no Brasil, mas também pretendia que, em Portugal, onde seriam “completamente desconhecidos muitos dos bons poetas e prosadores brasileiros, imparcialmente” fossem “sucessivamente apresentando alguns aos leitores portugueses” (A MADRUGADA. Lisboa, 27 jun. 1895, a. 2, série 2, p. 1).

A direção da revista chegou a argumentar que “a imprensa brasileira é unânime em reconhecer os nossos justos fins e as nossas sensatas intenções”, de modo que continuaria, estimulada pelo favor, a consagrar grande parte desta publicação aos homens de letras do Brasil”, dando “por bem empregado o nosso tempo, mesmo porque nada virá enfraquecer a força das nossas convicções e a energia dos nossos propósitos”. Considerava que seria “muito bom que os nossos ilustres confrades brasileiros continuassem com mais assiduidade a enviar-nos os seus trabalhos”, lembrando-se “de que é necessário divulgá-los aqui, porque só assim reconhecerão todos afinal de que o Brasil possui uma literatura própria” e não apenas “grosso cabedal de elementos amplamente aproveitáveis”.

Em seguida, o editor reafirmava o escopo da publicação, voltado a “tornar conhecidos em Portugal os bons escritores brasileiros”, o que seria feito “sempre imparcialmente e sempre de comum acordo com a opinião dos nossos companheiros” (A MADRUGADA. Lisboa, 4 ago. 1895, a. 2, série 2, p. 1.).

O diretor da folha ressaltava ainda que ela tinha por intento tratar “por todos os meios de vulgarizar e tornar conhecidos cá e lá os homens e as coisas dos dois países”, em clara referência ao projeto de reintegração luso-brasileira. Leal declarava também que ao fundar a revista fora impelido “pelo vivo desejo de popularizar na bela pátria de Camões os nomes dos mais distintos literatos brasileiros”, bem como “de tornar conhecida uma literatura na sua expressão mais clara e sublime e de apresentar ao leitor por muito exigente um jornal moderno, variado nos assuntos e ameno na forma” (A MADRUGADA. Lisboa, out. 1895, a. 2, série 3, p. 1).

Já no último ano de edição da *Madrugada*, Oscar Leal enfatizava que junto de sua revista manteria o “posto de honra como fracos representantes e propagandistas da literatura brasileira em Portugal”, observando em tal atitude alguns “resultados bastante aproveitáveis, porque a vulgarização das boas obras brasileiras em Portugal”, começava “a tornar-se uma necessidade palpitante”. Revelando a amplitude de seu projeto, visando a atingir as mais longínquas regiões brasileiras, Leal lembrava que vinham alcançando “voga os poetas e escritores mais felizes, que habitam e vivem no Rio de Janeiro e nas principais cidades do Brasil”, mas que também existiam “muitos que vivem imensamente afastados nos sítios mais recônditos do país, quase completamente esquecidos e ignorados”, havendo notícias deles somente em “algum jornal de província”, apesar de muitos terem “já produzido trabalhos de bastante merecimento” (A MADRUGADA. Lisboa, mar. 1896, a. 3, série 3, p. 1).

As transformações políticas ocorridas no Brasil ao final do século XIX acabariam por mover vários dos interesses lusitanos, originando-se duas etapas distintas nas inter-relações entre ambos os países, revelando tendências primeiramente fraturantes e, posteriormente, conciliatórias. Tal conjuntura patenteou “um notável intercâmbio informativo e uma circulação permanente de ideias entre os distintos pólos de relacionamento”, vindo a redundar “no estabelecimento de paralelos políticos e ideológicos e de exercícios históricos comparativos a pretexto dos acontecimentos respectivos”. De acordo com tal perspectiva, “a crônica dos acontecimentos brasileiros, ao final do século XIX, foi um assunto que mobilizou o interesse do público leitor português” (PAREDES, 2013, p. 18-19),

estabelecendo-se um processo bem caracterizado pela ação do jornalismo luso.

Oscar Leal vivenciou íntima e intensamente esse processo histórico de ruptura/reconciliação. Como cidadão luso-brasileiro, viveu no Brasil até o apogeu da crise binacional, deslocando-se para Portugal, de onde buscou articular sua rede de inter-relações intelectuais para dar vida à revista *A Madrugada*, buscando transformá-la em um veículo que corroborasse com o movimento de reaproximação. Ainda que tal intenção representasse um microcosmo, voltado essencialmente ao campo cultural-literário, não deixou de fazer parte de uma conjuntura mais ampla que vislumbrava uma tendência generalizada em meio à imprensa portuguesa no sentido de suavizar os conflitos, aplacar os ódios e dissensões, amainar as diferenças e retomar os laços tradicionais e históricos entre Brasil e Portugal.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. A ruptura Brasil – Portugal à época da Revolta da Armada. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. v. 24. n. 2. p. 231-246.

ALVES, Francisco das Neves. Cinco ensaios de História das Relações Internacionais do Brasil. Rio Grande: FURG, 2000.

ALVES, Francisco das Neves. O rompimento diplomático brasileiro-lusitano ao final do século XIX – um estudo de caso. In: LEITE, Renato Lopes (org.). *Cultura & poder: Portugal-Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 89-104.

ARANHA, Pedro W. de Brito. *Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers)*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.

ARANHA, Pedro W. de Brito. *Mouvement de l apresse périodique em Portugal de 1894 a 1899*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. 5 1900, v. 6.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. A representação em Portugal da implantação da república no Brasil. In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al. (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 89-107.

CERVO, Amado Luiz. O século XIX. In: ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 61-223.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. da UnB, 1979.

FORJAZ, Augusto. *Portugal e Brasil: apontamentos para a história do nosso conflito com a república dos Estados Unidos do Brasil*. Lisboa: Tip. Castro Irmão, 1894.

GOYCOCHÊA, Castilhos. *Dois ensaios: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

MAGALHÃES, José Calvet de. O século XX. In: ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 253-375.

PAREDES, Marçal de Menezes. A assunção escalar da nação: historicidade e fronteiras culturais no percurso luso-brasileiro. In: PAREDES, Marçal de Menezes (org.). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 149-178.

PAREDES, Marçal Menezes. *Configurações luso-brasileiras: fronteiras culturais, demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. Coimbra: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

PEIXINHO, Ana Teresa. Escritores e jornalistas: um estudo de caso. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 423-436.

PEREIRA, Esteves & RODRIGUES, Guilherme. *Portugal – dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres & Cia. Editores, 1909. v. 4.

RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manoela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, v. 2.

RENOUVIN, Pierre & DUROSSELE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 351-396.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, t. 17.

TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

TENGARRINHA, José. *Nova história da imprensa portuguesa (das origens a 1865)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

Recebido em 10/07/2020
Aprovado em 22/02/2021